

# PRÉ-PROGRAMA PARA A GESTÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO



**PSOL**

**50**

Material de distribuição interna  
aos filiados do Partido Socialismo e Liberdade


**IVAN  
VALENTE**

**CARLOS GIANNAZI** VICE

# São Paulo

A candidatura Ivan Valente a prefeito e a proposta do PSOL para governar São Paulo nasce da negação desta lógica perversa e da afirmação de que:

- é preciso mudar pra valer a dinâmica que faz com que a cidade das oportunidades seja a cidade da pobreza e do desemprego. E de que é impossível separar sustentabilidade ambiental da condição de pobreza em massa;
- os espaços públicos não podem ser apropriados por uma minoria privilegiada, privatizados e cercados. Nem o espaço urbano pode ser colonizado pelo mercado imobiliário e pela especulação com a terra;
- não aceitamos que a matriz de transporte do município seja o automóvel, com todas as conseqüências nefastas na qualidade de vida, seu papel central na fragmentação e no desmonte dos espaços públicos, na afirmação



**São Paulo, maior município do Brasil e sede de uma economia pujante, é uma cidade atravessada por contradições. Um em cada cinco paulistanos está desempregado; 1,2 paulistanos em cada dez está abaixo da linha de pobreza. Enquanto um em cada seis habitantes mora em favelas ou habitações precárias, os especuladores imobiliários privatizam o espaço público. O trânsito que parou São Paulo é apenas um exemplo da desregulação do espaço urbano que tomou conta do município. Ao mesmo tempo, os sistemas de saúde e de educação seguem transformados em mercadoria para quem pode pagar. Esses dados escondem a face mais trágica da cidade e são frutos da apropriação desigual da riqueza produzida.**

## Construir o poder popular

As discussões sobre participação popular e democracia direta na gestão das cidades tiveram nos anos 1990 um ponto de consenso na forma de seu exercício e uma “fórmula de sucesso”: os orçamentos participativos. Este mecanismo participativo, nascido em gestões municipais (e também alguns governos estaduais) progressistas do começo dos anos 1990, com um forte apelo popular, deram o tom e fizeram-se marcas de muitas administrações municipais nesta última década.

Entretanto, os orçamentos participativos (OPs) migraram dos programas de administrações de orientação progressista e passaram a fazer parte do léxico comum a “boas administrações” ou ainda às chamadas “administrações responsáveis” e “voltadas para o social”. Tornaram-se ferramenta de gestão das cidades no sentido não mais de transformar radicalmente sua cultura política e muito menos as condições objetivas de desigualdades e iniquidades da vida dos trabalhadores e do povo. A participação popular através dos OPs deixou de ser um instrumento de luta e conscientização da população para tornar-se um eficiente mecanismo de governabilidade, com a colaboração dos movimentos sociais que se viram aprisionados numa lógica perversa de “gestão das precariedades”

em âmbito municipal. Esta descaracterização dos OPs ou a perda de suas energias utópicas presentes em certa no seu nascedouro está diretamente relacionada com o projeto político que anima ou animava estas administrações.

Nós do PSOL acreditamos que o que deve orientar um processo de deliberação popular sobre a cidade não é a administração da pobreza, numa perspectiva de gerenciamento do reconhecimento das desigualdades estruturais da cidade e o entendimento que elas não serão corrigidas por mecanismos de gestão pontual de precariedades de sua vida social, por mais que eles sejam necessários no sentido de democratizar a vida pública brasileira e paulistana especificamente. Os mecanismos de controle social, de deliberação política e práticas coletivas desenvolvidas em nível local são fundamentais numa gestão municipal que aponta para a construção de um horizonte socialista.

Neste sentido, propomos para a cidade de São Paulo um amplo processo de mobilização social e de discussão dos rumos da cidade através de assembleias territoriais, plenárias temáticas, fóruns e congressos temáticos, distritais e municipais, que culminam então na instância máxima de deliberação pública – numa espécie de Congresso da Cidade.

O Congresso da Cidade não é na nossa perspectiva um evento de inauguração ou de fechamento do processo de discussão do orçamento municipal, e sim um processo

de planejamento participativo amplo, que se debruça sobre as finanças públicas mas não se restringe a elas. Nesta perspectiva, este processo não se restringe a apenas à repartição de valores de investimentos entre as demandas setoriais e/ou territoriais. Com o Congresso da Cidade pretendemos debater democraticamente e planejar com o povo os rumos da vida da nossa cidade.

Reiniciado a cada ano, além do processo congressual em si, serão instituídos mecanismos e instâncias de controle social e de condução dos programas e políticas públicas deliberadas pelo Congresso, em âmbito distrital e municipal. O Congresso da Cidade estará articulado aos diversos conselhos e fóruns que hoje discutem as políticas setoriais para o município e às representações de classe e de movimentos sociais já constituídas.

O Congresso da Cidade deve colocar em discussão a totalidade dos recursos municipais, incluindo aí os gastos com custeio e investimentos. Assim como as restrições orçamentárias do município criadas por sua dívida pública e perpetuadas perversamente pelos mecanismos de coerção para seu pagamento, via Lei de Responsabilidade Fiscal. A possibilidade de discussão da totalidade dos recursos municipais estará acompanhada por uma política de aumento da arrecadação, através da reorganização tributária e fiscal da PMSP.

# exige mudanças

do individualismo e da negação do coletivo;

- é necessário afirmar a necessidade de resgatar laços de sociabilidade e solidariedade numa cidade cosmopolita, combater a violência urbana vista como “normal”, mas que elimina o convívio social e gera desconfiança na sociedade;

- é preciso afirmar a cidadania com seus direitos universais em contraposição à lógica mercantilista do consumidor, que pode pagar por produtos e serviços;

- é necessário combater a idéia muito difundida de que o papel do Estado é apenas regulador e “capacitador” do mercado;

- sem a cidadania se apropriando desta cidade, lutando por parcelas do poder para superação das desigualdades e pela formação de uma consciência crítica libertadora, os cidadãos ficarão só com saudades do passado,

conformados, em vez de construir o futuro como tarefa possível.

Essa candidatura sabe que esta realidade tem como pano de fundo uma lógica neoliberal privatista-consumista, praticada no espaço urbano, que nega que o Estado tem papel decisivo nas respostas às necessidades da população e como indutor de qualidade de vida, quando está a serviço das necessidades das maiorias excluídas.

Por acreditar que mudanças efetivas só virão com pressão popular de baixo para cima e enfrentando interesses poderosos, apoiamos uma candidatura que vai combater os mecanismos autoritários de gestão e fortalecer a planejamento participativo, a democracia protagonista e o controle social; que vai auditar a dívida pública do município, estancando esta sangria de recursos; vai

inverter prioridades para falar de verdade em educação, saúde e transporte público de qualidade; e governar com transparência absoluta e ética na política, atacando na raiz a corrupção.

Essa candidatura à Prefeitura de São Paulo vem para resgatar a coerência e mostrar que a esquerda socialista brasileira não se rendeu aos encantos do poder. Ela afirma uma oposição que se contrapõe tanto aos que pararam São Paulo (dupla Kassab e Alckmim) quanto a quem abandonou o projeto de mudanças e mudou de lado (Marta Suplicy e o PT).

Ivan Valente tem história, é talhado para este desafio e representa o diferencial político, programático e ético de uma esquerda autêntica, democrática, popular e socialista na Prefeitura da maior cidade do país.

## 0 desafio do orçamento municipal

O município de São Paulo possui um dos maiores orçamentos do país. Para 2008, seu valor total é de R\$ 25,3 bilhões. No entanto, não se consegue investir o necessário para promover o bem estar da população. Parte substantiva do dinheiro arrecadado vai para o pagamento dos juros da dívida pública municipal, calculada hoje em R\$ 45 bilhões.

De acordo com resolução do Senado, a dívida dos municípios brasileiros pode chegar a 120% do total da arrecadação, o que em São Paulo equivaleria a R\$ 31 bilhões. Ou seja, o valor da dívida hoje ultrapassa os limites estabelecidos por lei. Em parte isso ocorre devido às irregularidades cometidas na gestão Paulo Maluf, que usando as disposições transitórias da Constituição de 88 aumentou a dívida pública com a prerrogativa de usar a verba para o pagamento de precatórios judiciais. Por outro lado, o aumento desenfreado da dívida pública do município é resultado das altas taxas de juros praticadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e mantidas pelo governo Lula.

Com a proximidade do período eleitoral, fala-se muito de ampliar os investimentos em transporte público, saúde, educação. Os partidos, no entanto, não esclarecem de onde virá o dinheiro para tais investimentos. Só este ano, o pagamento dos juros da dívida vai ceifar 13% do Orçamento Municipal. Em números absolutos, isso significa R\$ 2,3 bilhões em juros,

encargos e amortizações. Ao mesmo tempo, serão gastos apenas R\$ 2,9 bilhões em investimentos no município.

A proposta do PSOL para a cidade de São Paulo começa com a renegociação da dívida interna do município com a União. Defendemos um combate frontal à lógica do ajuste fiscal e à sonegação fiscal, e por isso faremos uma auditoria da dívida ativa, para identificar quem deve ao município. Essa dívida está calculada atualmente em R\$ 28 bilhões. Precisamos identificar os principais devedores e cobrá-los de forma efetiva.

Da mesma forma, é preciso combater as propostas de terceirização da cobrança de dívidas tributárias. A partir da aprovação da Resolução n° 33, do Senado Federal, passou a ser aventada a possibilidade de transferência da função de cobrança da Dívida Ativa para entes privados, especialmente para bancos. Tal proposta representa quebra do sigilo fiscal dos cidadãos, permitindo às instituições privadas, especialmente bancos, um maior controle sobre seus clientes. Além disso, ela vai de encontro à idéia de fortalecimento das instituições públicas, ampliando o espaço da iniciativa privada na execução de competências essencialmente estatais, como a arrecadação de tributos.

Pretendemos ainda combater propostas de concessão de benefícios. Desde 2006, tem-se estendido programa de concessão

de benefícios (descontos na multa e nos acréscimos) para o pagamento de dívidas tributárias antigas. O prolongamento de tais programas acaba por favorecer os “maus pagadores”, na medida em que pode tornar economicamente mais vantajoso, especialmente para grandes contribuintes, deixar de pagar seus tributos em dia e pagá-los, com descontos, em programas de parcelamento.

São Paulo também precisa ser protagonista no debate nacional, sobre a reforma tributária. Hoje quem ganha dois salários mínimos compromete 48,9% da renda com pagamento de impostos. Já quem ganha mais de 30 salários mínimos paga 26,3% da renda. Isso ocorre porque mais de 50% da carga tributária são sobre o consumo.

Por fim, a proposta do PSOL para a maior cidade do país inclui a construção de mecanismos de transparência orçamentária e participação popular na fiscalização das contas públicas. Vamos criar salas da cidadania em todas as subprefeituras, onde a população terá, através do sistema de informatização, livre acesso ao orçamento da cidade e à sua execução. Vamos ampliar as licitações públicas via pregão eletrônico e desenvolver grupos de acompanhamento pela sociedade das licitações públicas. E vamos convocar a população através das subprefeituras para a elaboração de propostas para o orçamento como um todo da cidade.



# POLÍTICA URBANA

Apesar dos números pujantes da riqueza produzida na cidade, sua apropriação tem sido restrita e apropriada principalmente pelo capital financeiro e pela especulação imobiliária que comandam a lógica privatizante, fortalecida, inclusive, por todos os governos municipais que têm passado pela cidade. Essa dinâmica, gerada pela omissão do Estado, tem imposto o caos urbano, a destruição das formas de convivência, a segregação sócio-espacial e a ampliação da pobreza urbana. E é caracterizada pelos seguintes pontos:

- a prevalência da especulação imobiliária sobre o planejamento urbano;
- o apartheid sócio-espacial com políticas segregacionistas a partir dos investimentos estatais e privados, que levam a cidade a desenvolver fortalezas, guetos, enclaves fortificados e várias formas de privatização e destruição dos espaços públicos;
- a prevalência do modelo automobilístico, com a cidade travada por seu modelo privatista que privilegia o transporte individual em detrimento do transporte coletivo e concentra investimentos em pequenas áreas da cidade;
- a destruição do meio físico-ambiental a partir desta lógica privada;
- a ampliação do processo de favelização urbana na cidade e dos cortiços.

Os sucessivos governos municipais, em vez de deterem essa lógica, que destrói os mecanismos públicos e de vida coletiva, fortaleceram os interesses privados seja em sua dinâmica “liberal” ou “autoritária”.

Esta dinâmica que governa de forma igual para os desiguais concebe o espaço urbano como local desprovido de conflitos e a cidade como um espaço desprovido de interesses contraditórios. Entender a cidade como o espaço do conflito é compreender que diferentes interesses estão em luta em seu interior e que muitos deles são inconciliáveis e antagônicos.

Um governo do PSOL inverterá prioridades e buscará governar com as majorias, excluídas nos últimos anos dos processos decisórios da cidade em detrimento dos interesses econômicos e financeiros que sempre se apropriaram dos frutos desse crescimento.

Governar para o PSOL é fazer escolhas. Os eixos que estruturam nossa política urbana para São Paulo são:

**Combate à especulação imobiliária:** isso será feito através da taxação sobre os imóveis e terrenos vazios e da aplicação do IPTU progressivo, com a atualização dos valores venais dos imóveis obedecendo à progressividade do imposto e isenção para a ampla parcela da população mais pobre e a classe média.

**Combate ao apartheid e à segregação sócio-espacial:** com políticas de habitação de interesse social nas áreas centrais e inversão dos investimentos públicos, levando a cidade à periferia e a população a morar no centro.

**Detenção da política de “higienização” e limpeza social empreendida na região central:** o governo Kassab/Serra empreende uma política de “higienização” ou “limpeza social”, como mostram os dados do Fórum Centro Vivo sobre reintegração de posse violenta no Centro, gentrificação no bairro da Luz com demolições de quarteirões inteiros e corte de verbas para os diversos programas sociais para as populações mais vulneráveis, como o Bolsa Aluguel. O Centro é a região da cidade com um dos maiores aportes de investimentos públicos, juntamente com o quadrante Sudoeste. É também a região de maior quantidade de imóveis vazios. Esses investimentos não podem servir para beneficiar somente o capital imobiliário especulativo. Queremos mudar o sentido das políticas urbanas no Centro empreendidas pela atual gestão e privilegiar a ocupação diversificada da região, procurando combinar espaços de serviços, empregos, lazer e moradia.

**Retomada do sentido de políticas públicas de habitação no lugar de programas de “gestão de precariedades”:** o conceito de políticas de habitação foi substituído por programas. Esses programas, mesmo que apresentados como inovadores, não mudaram a dinâmica da cidade. O governo Kassab mantém a política de prioridade para o capital imobiliário, como mostra a tentativa de alterar o Plano Diretor Estratégico, enquanto a gestão Marta Suplicy procurou conciliar essas duas faces: capital imobiliário e programas sociais. Contudo, como mostram os dados do orçamento, esta dinâmica de um “governo sem inimigos”, que governa igual para os desiguais, transformou os diversos programas sociais em “programas de gestão da pobreza”. O PSOL retomará o sentido das políticas públicas de habitação direcionadas para os setores mais pobres que respondem pela parte mais substantiva do déficit habitacional na cidade.

**Garantia da promoção da função social da propriedade e combate aos despejos forçados**

**Planejamento participativo e controle social:** implantação de um modelo de obras que privilegie a gestão da população desses equipamentos, com controle social e participação dos cidadãos. Vamos promover o apoio a cooperativas de trabalho e pregão eletrônico para ampliar a concorrência nas obras públicas, lutando pelo fim da república das empreiteiras.



# EDUCAÇÃO

O PSOL acredita na educação como um projeto estratégico de emancipação. Para isso, a educação precisa ser de qualidade e um direito garantido a todo o conjunto da sociedade. Neste sentido, é preciso firmar um compromisso com as propostas que surgiram dos movimentos em defesa da educação pública – e que foram consolidadas nos Planos Nacional e Estadual de Educação da Sociedade Civil.

**Fim do Analfabetismo:** o Brasil ainda mantém o índice de 27,3% da população de analfabetos funcionais. Em números absolutos, são 33 milhões de brasileiros, dos quais 1 milhão está na cidade de São Paulo. Hoje as políticas postas em prática no município acatam o regime de parceria, terceirizando a responsabilidade de alfabetização. Retomaremos o papel e obrigação do Estado em garantir aos cidadãos e cidadãs o direito de conhecer a leitura e escrita e ter acesso a tudo que delas decorre.

**Ampliação da rede de educação infantil:** é preciso investir na ampliação da rede de atendimento à educação infantil, o que significa criar também condições para atender às crianças, preferencialmente, em período integral. Hoje, o atendimento às crianças de 0 a 5 anos tem sido feito principalmente em creches conveniadas. O que era para ser provisório, para dar conta urgentemente da demanda, tornou-se definitivo.

**Educação de jovens e adultos:** a educação de jovens e adultos não pode ser de “segunda ordem”. Todos têm direito a uma educação que vise não só a inserção no mercado de trabalho, mas, sobretudo, a formação da cidadania plena. Vamos ampliar o número de salas para educação de jovens e adultos e não fechá-las, como tem sido prática comum dos atuais governos.

**Reduzir a relação número de aluno/professor:** a qualidade de ensino começa por dar condições, desde a sala de aula, para o trabalho dos profissionais que ali atuam. É preciso reduzir o número de alunos por professor, considerando as faixas etárias e as recomendações internacionais. A superlotação das salas de aula impede que o professor faça um acompanhamento zeloso de cada aluno, o que por sua vez, dificulta o processo de aprendizagem.

**Retomar os 30% para Educação:** a questão central continua a ser o investimento público em educação. Propomos que 30% da arrecadação municipal sejam destinados a investimentos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), conforme prevê a Lei

Orgânica do Município. Hoje, os atuais 25% investidos no MDE são insuficientes para dar condições de funcionamento às escolas municipais. O investimento é fundamental para melhorar as condições de trabalho dos professores, proporcionar reajuste salarial, ampliar o número de vagas, garantir a infra-estrutura necessária para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem.

**Melhoria das condições de trabalho dos docentes:** as políticas para superar os problemas da educação têm ficado restritas a uma avaliação equivocada de que trata-se de um problema meramente gerencial, “de recursos humanos”. Assim a responsabilidade pela qualidade do ensino tem caído cada vez mais sobre as costas dos professores e gestores escolares. Pretendemos inverter esta lógica, valorizando o professorado e dando aos docentes condições dignas de trabalho.

**Gestões mais democráticas e participativas:** não existe, na atual gestão municipal da cidade, um projeto que vise a intervenção e a formação pedagógica de forma coletiva, com a participação de todos da comunidade escolar. Atualmente, os profissionais de Educação não são convidados nem estimulados a participar do planejamento educacional e do currículo escolar. Vamos ampliar a participação da comunidade escolar e dos Conselhos de Escolas no planejamento educacional.



# 50 SAÚDE

**Não à mercantilização da saúde e à tercerização da gestão dos serviços públicos, dos serviços e do pessoal:** a saúde é um direito cuja responsabilidade pertence ao Estado. Não podemos compactuar com a terceirização dos serviços públicos. Para o PSOL, os prestadores de serviço só devem ser contratados quando houver controle do atendimento à demanda por gestores do SUS e se tais prestadores tiverem Conselhos de Saúde democraticamente eleitos, cumprindo a lei estadual. É urgente redirecionar os recursos repassados às entidades privadas, que hoje dirigem as AMAs (Assistência Médica Ambulatorial), para a recomposição das equipes multiprofissionais na rede básica, ambulatórios de especialidade, pronto-socorros e enfermarias. O discurso unânime da importância da assistência básica tem como consequência neste momento aumentar o repasse para entidades privadas. É só olhar o quanto foi gasto com as AMAs, UBSs (Unidade Básica de Saúde) e OSs (Organizações Sociais). Trabalhar com entidades é importante; transferir a elas as responsabilidades do poder público é simplesmente demitir-se de sua função pública.

**Municipalização do sistema:** é preciso completar a municipalização do sistema de saúde, segundo cronograma acertado neste processo de planejamento, implantando em torno de 30 sistemas regionais de saúde, com comando regional sobre toda a rede de serviços existente no território, incluindo os prestadores privados.

**Garantir a continuidade do atendimento:** as ações da Secretaria Municipal de Saúde concentram esforços, recursos e pessoal no pronto-atendimento de doenças. Desta forma, há um estrangulamento da continuidade do atendimento. A população é enviada para as UBSs e não consegue ser atendida. O pronto-atendimento é fundamental, porém é preciso maximizar a rede e cumprir o que diz a lei 8080 acerca do atendimento integral.

**Estabelecer metas por região:** propor metas em cada região em relação aos problemas prioritários de saúde apontados. Isto significa construir e apresentar os indicadores que definem estas metas de forma regionalizada e não apenas como médias municipais, que mais escondem do que revelam a situação de saúde em cada uma das regiões da cidade. A espacialização geográfica das mortes e das internações aponta a concentração das doenças e dos traumas nos moradores dos bairros pobres e dos trabalhadores. Vamos desencadear um processo de planejamento local nas 31 subprefeituras para a tomada de decisão sobre as prioridades em cada uma destas regiões. É preciso garantir neste processo a articulação dos Conselhos locais com os conselhos regionais e por sua vez com o Conselho Nacional de Saúde.

**Colegiado Gestor de São Paulo:** queremos instalar o Colegiado Gestor Regional no município, a princípio com 31 gestores regionais que devem ocupar seus cargos por um processo de escolha que inclua não apenas a competência técnica, mas o conhecimento da realidade em cada região. Implantar também 31 Conselhos Regionais de Saúde.

**Ressarcimento do SUS municipal:** vamos exigir da Agencia Nacional de Saúde (ANS) a descentralização do ressarcimento para a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, para que os recursos gastos na cidade voltem mais rapidamente para o SUS municipal. Da mesma forma, é preciso informatizar, agilizar e cobrar o ressarcimento dos atendimentos realizados aos clientes de planos de saúde.

**Reativação e modernização de laboratórios:** acreditamos que um Sistema de Saúde Público deve contar com seus próprios laboratórios, que devem oferecer serviços de diagnóstico básico, radiologia e demais exames por imagem. O município não pode ficar à mercê dos laboratórios privados, que por concentrarem boa parte dos exames solicitados no sistema público acabam sugando fatia significativa do orçamento da saúde, que deveria ir para o setor público.



## TRANSPORTES

**Criação do Conselho e do Fundo Municipal para mudança na matriz de mobilidade:** a Secretaria Municipal de Transportes precisa ser fortalecida com a criação de um Conselho Municipal de Trânsito, com a participação de representantes eleitos de entidades da sociedade civil que debatem e lutam por transporte público de qualidade. O Conselho deve ser instituído juntamente com o Fundo de Transportes, que já se encontra em implementação. O Fundo deve ser composto por recursos advindos de recursos orçamentários; multas; porcentagem do IPVA recebida pelo município; recursos advindos do estacionamento em via pública pago (Zona Azul); etc. Além do Conselho, instâncias de participação nas subprefeituras devem ser criadas, de modo a fornecer alternativas locais e descentralizadas em colaboração com as grandes estratégias traçadas na Secretaria e pelo Conselho.

**Políticas de restrição ao automóvel:** São Paulo precisa iniciar uma ação coordenada de restrição e combate ao uso indiscriminado do automóvel particular. Tal política conta com duas frentes de ação:

a) uma batalha no campo das idéias, que pretenda tirar o carro do seu pedestal fetichista em nossa sociedade: campanhas educativas nas escolas do município; campanhas publicitárias municipais apresentando saídas encontradas por outras cidades e estimulando o uso do transporte público e alternativo; parcerias com municípios no Brasil e exterior que foram bem sucedidos no controle do automóvel, para troca de experiências; mobilização das Universidades para o desenvolvimento de propostas e alternativas.

b) a perda do espaço público do carro na cidade em relação às demais modalidades de transporte: ampliar corredores de ônibus, faixas para motociclistas, faixas para ciclistas e alargamento de calçadas. Tais medidas convidarão os indivíduos a mudar de meio de transporte.

**Políticas de fortalecimento e qualificação do transporte público:** enquanto São Paulo possui apenas 60 quilômetros de metrô, a rede da Cidade do México, que iniciou a construção do seu metrô na mesma época que nós, é quase três vezes maior. O metrô deve ser entendido como meio de transporte prioritário para a solução dos problemas de trânsito da cidade, tendo a Prefeitura um papel importante de contribuição para a ampliação das linhas no município. Da mesma forma, é preciso recuperar a política de transporte por meio dos ônibus e micro-ônibus, que veio sendo

progressivamente privatizada e precarizada pelos interesses das empresas de ônibus, que passaram a comandar a definição de linhas, tempos e qualidade do serviço. É preciso agir decisivamente para qualificar e atrair público para esse serviço e retomar sua regulação pública, por meio das seguintes iniciativas:

a) 10% de frota estatal no sistema de transporte por ônibus: isso permite que seja feito o controle interno pela Secretaria dos custos e estratégias para qualificação do serviço. Tal medida foi adotada com sucesso em diversas cidades. A frota municipal deve atingir o nível de excelência no serviço de modo a definir os parâmetros que as empresas privadas devam seguir.

b) Ampliação e qualificação dos corredores exclusivos de ônibus: em determinados casos, duplicar a faixa de corredor de ônibus, de modo a descongestioná-lo em nós de embarque. Adotar o sistema de pavimentação em concreto nos corredores (que não deformam como o asfalto), de modo a melhorar o conforto nas linhas e reduzir os custos de manutenção.

c) Ampliar e melhorar a estrutura dos pontos e terminais de ônibus: informar nos pontos as linhas, tempos e percursos por meio de mapa e quadro de horários. Instalar progressivamente sistema informatizado que exibe o tempo de chegada de cada ônibus, como ocorre em diversas cidades do mundo.

d) Modernizar a frota de ônibus: o município deverá realizar parceria com empresas produtoras de ônibus, escolas de engenharia e design e pleitear em parceria mais recursos do BNDES para a modernização permanente da frota.

e) Ampliar a acessibilidade das pessoas com deficiência aos pontos, terminais e ônibus.

f) Frota verde: criar metas progressivas de adoção de energia limpa na frota de ônibus, por meio da adoção de motores híbridos e que reduzam a emissão de poluentes.

**Subsídio à tarifa:** em São Paulo, mesmo com o avanço da tarifa única, o gasto médio com transportes pela população chega a 25% do salário mínimo. Tal disparidade é ainda comprovada pelo fato de 1/3 das viagens diárias em São Paulo ser realizada a pé. O transporte público deve ser subsidiado. O preço da tarifa ao usuário deve ser definido pelo poder de pagamento do usuário. Haverá subsídio e redução no custo das passagens municipais. Os recursos serão advindos do Fundo Municipal de Transportes.

**Políticas de transportes alternativos:** associadas à política estruturante de transporte público, são bem vindas as iniciativas de transportes alternativos, em especial as ciclovias.



**Combate à ocupação predatória do solo:** o PSOL vai combater a ocupação predatória do solo urbano, em especial nas áreas de mananciais, patrocinada pela omissão do poder público diante de interesses privados, e sua decorrente destruição das áreas verdes da cidade – hoje concentradas em bairros nobres – e dos remanescentes de Mata Atlântica, concentrados nas áreas de mananciais.

**Nova matriz de transportes para a cidade:** como afirmado anteriormente, vamos incentivar e patrocinar uma nova matriz de transportes para a cidade que enfrente as causas dos problemas no trânsito, organize a cidade para sua população e democratize a mobilidade urbana. Tais medidas devem garantir não apenas a reapropriação do espaço consumido com parte das obras viárias como espaço cívico (parques e áreas verdes, espaços de cultura e lazer, recuperação da paisagem urbana etc.) mas também reduzir substancialmente o nível de poluição atmosférica em São Paulo.

**Universalização do saneamento ambiental:** vamos rever os critérios de contratação da prestação de serviços de saneamento para a cidade, garantindo a universalização do saneamento ambiental e a qualidade de vida de todos os habitantes de São Paulo, com prioridade para a população moradora de áreas periféricas da cidade. Além disso, vamos incentivar a adoção de sistemas alternativos de saneamento em regiões isoladas e áreas de mananciais.

**Recuperação e preservação dos mananciais:** é urgente que a Prefeitura promova a recuperação e preservação dos mananciais dos complexos Billings e Guarapiranga, onde vive cerca de um milhão de pessoas, e impeça a rápida degradação do sistema Cantareira, de onde provém a maior parte da água potável para a cidade de São Paulo. Isso deve ser feito através da ampliação das áreas protegidas e da valorização dos serviços ambientais prestados por estas áreas.

**Combate à lógica do consumo irresponsável e do desperdício:** queremos promover outros hábitos e padrões da população e a consciência sobre a sustentabilidade em nossa cidade. Vamos lançar campanhas de substituição do uso de sacos plásticos por sacolas de papel; e de lâmpadas incandescentes por lâmpadas frias.

**Ampliação da reciclagem:** vamos ampliar consideravelmente os sistemas de reciclagem na cidade,

inserindo-a como parte essencial do ciclo industrial, e generalizar a coleta seletiva, hoje abandonada pela administração municipal. Da mesma forma, o PSOL pretende sistematizar o trabalho de recolhimento de todo material tóxico ou nocivo ao meio ambiente e também daqueles inertes mas que têm alto impacto ecológico: óleo, baterias de celular e pilhas, computadores e equipamentos eletrônicos, pneus etc.

**Legislação ambiental mais rigorosa:** é preciso apresentar propostas de alteração na regulação e legislação ambientais mais rigorosas, para criar novos padrões de produção. Os fabricantes e as redes de comércio devem ser responsáveis pelo recolhimento e reciclagem ou despejo dos seus produtos, particularmente dos bens duráveis, depois de concluído seu ciclo de vida útil.



**Garantir diversidade cultural e valorizar a cultura brasileira:** O PSOL acredita na importância de romper com a ideia de cultura enquanto algo erudito, destinado aos poucos abastados. Queremos valorizar a diversidade cultural existente na cidade de São Paulo, que abrange uma gama de tradições, raças e povos distintos que, além de se expressarem, devem se reconhecer mutuamente, respeitando as devidas culturas. Garantir uma porcentagem prioritária para que as expressões culturais de raiz brasileira (culturas afro-brasileira, indígena, nordestina) se expressem sem nenhum prejuízo, visando a ruptura dos preconceitos e dicotomias existentes na sociedade atual.

**Democratizar o acesso aos bens e equipamentos culturais:** a cultura deve ser entendida como um direito e não como um privilégio. Queremos democratizar o acesso aos bens culturais e para isso entendemos ser prioritário investir na construção de equipamentos como bibliotecas públicas, salas de teatro, salas de cinema, espaços de exposição, sobretudo nas comunidades onde acesso à cultura ainda é restrito.

**Romper a dicotomia produtor/espectador:** Investir em cultura não significa apenas levar o espetáculo ao público. É preciso também investir em formação que inclua a criação/ampliação das escolas livres de música, artes cênicas, audiovisual e uma política de oficinas/cursos em bibliotecas públicas, CEUs e escolas municipais.

**Inverter a lógica das leis de incentivo:** hoje as intervenções diretas do poder público no fomento à cultura estão pautadas pela lógica de mercado, que reproduz desigualdades continuamente. Pretendemos descentralizar as leis de incentivo para que elas possam garantir a vazão da efervescência cultural, sobretudo das regiões da periferia de São Paulo.

**Contrapartida social ao fomento do poder público:** os grupos que recebem incentivos fiscais públicos para a expressão da diversidade, devem, de alguma forma, destinar parte deste incentivo para utilidade pública. Esta contrapartida social deve ser de no mínimo 25% do total produzido, isto é, seja com gratuidade em ¼ (dos eventos que não forem gratuitos), seja por meio da formação cultural da população.

**Recuperação e preservação do nosso patrimônio histórico:** é preciso investir na preservação do patrimônio público histórico e cultural de São Paulo. Para isso, é de suma importância a participação das comunidades e populações que ocupam estes espaços. As políticas de revitalização postas em prática nas gestões Serra/Kassab são concebidas a partir da ideia de "higienização social", sobretudo na região do centro. Acreditamos que é possível recuperar o centro histórico, garantindo a inclusão da população que nele habita.

**Resgate de regiões fundadoras de São Paulo:** muitos bairros da cidade de tradição fabril, cuja população formou-se a partir do princípio da industrialização, foram absolutamente negligenciados pelos governos neoliberais. É o caso do Ipiranga, da Mooca, da Vila Prudente. É preciso promover o resgate dessas regiões, não apenas do ponto de vista estrutural como também pela valorização de seu povo, e assim retomar seu caráter importante para a nossa própria história.

**Construção do Museu dos Trabalhadores:** queremos contar a história da formação das comunidades constituídas em torno das fábricas, tal como a história riquíssima do movimento operário em São Paulo e suas lutas, que contribuíram para a conquista dos direitos trabalhistas que hoje defendemos e queremos ampliar. Hoje existem inúmeras fábricas abandonadas que podem se tornar espaços culturais.

**Criação um Estúdio Público:** há efervescência artística e cultural espalhada por toda a cidade, de todas as matizes, estilos, sonoridades e linguagens. Mas essas se encontram excluídas pelos limites impostos pela indústria cultural. É preciso romper os limites que a indústria fonográfica impõe ao povo, criando possibilidades para produções artísticas diversas e incentivando o trabalho de artistas oriundos das classes mais populares.

**Criação de uma Editora Pública:** hoje existem espalhados pela cidade trabalhos literários de excelente qualidade. No entanto, muitas produções acabam restritas a um circuito local estreito ou ficam no anonimato. Com a criação de uma Editora Pública as publicações populares terão o espaço que não encontrariam nas grandes editoras.



### **Comunicação como instrumento de gestão pública e fortalecimento da participação popular:**

o PSOL pretende utilizar estratégias de comunicação para facilitar a participação popular no planejamento estratégico nos bairros. Queremos integrar os cadastros dos serviços públicos e programas sociais, viabilizando a identificação de possíveis beneficiários dos programas da Prefeitura. Devemos garantir espaços permanentes de interlocução do poder público com o cidadão, com a criação de ouvidorias públicas, e ampliar ao máximo os mecanismos de governo eletrônico, com participação ativa do cidadão para consultas, solicitações, demandas e ferramentas de participação.

**Comunicação institucional:** é preciso estabelecer mecanismos democráticos e transparentes para o investimento da publicidade oficial nos meios de comunicação, permitindo a distribuição de recursos também para veículos pequenos e comunitários. O município também precisa de uma agência de notícias, reunindo informações de todas as áreas de governo, com distribuição de boletim periódico. É necessário garantir o acesso à informação pública por parte dos jornalistas e de todos os cidadãos e cidadãs, como instrumento para facilitar o controle social das políticas de governo. Nossa administração vai adotar licenças livres nos documentos, publicações e softwares desenvolvidos no município, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento, como o uso de softwares livres.

### **Acesso à comunicação e fomento à pluralidade e a diversidade:**

vamos retomar o investimento nos telecentros, garantindo concurso público para a contratação de monitores, melhorando sua infraestrutura e viabilizando políticas de incentivo à produção de comunicação pelos usuários. Também vamos apoiar as rádios comunitárias legalizadas (serão 52 até o final do ano), com a criação de um fundo para

distribuição de verbas para suporte à estruturação e funcionamento das emissoras, política de apoio jurídico às que buscam sua legalização e criação de campanhas de interesse público para serem veiculadas por essas emissoras. É fundamental desenvolver o Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária, conforme previsto no artigo 266 da Lei de Zoneamento (Lei Municipal 13.885/04), a fim de viabilizar a legalização de mais rádios na capital paulista e fomentar a comunicação alternativa e comunitária.

### **Criação de centrais públicas de comunicação:**

queremos criar espaços que integrem telecentros, rádios comunitárias, estruturas de produção dos CEUs, pontos de cultura e outros equipamentos culturais para viabilizar a produção e veiculação de comunicação pelos cidadãos e cidadãs paulistanos. Vamos ainda integrar esses equipamentos culturais com unidades básicas de saúde, escolas municipais, bibliotecas públicas e outros equipamentos públicos, viabilizando políticas integradas de desenvolvimento local em todas as regiões da cidade.

### **Leitura crítica da mídia e formação em comunicação:**

o PSOL pretende fortalecer o programa Educom, realizando oficinas de educomunicação para jovens, e implementar a disciplina de prática e leitura crítica dos meios de comunicação nas escolas de 1º grau, além de desenvolver práticas de educação não formal em comunicação.

### **Gestão participativa das políticas de comunicação:**

queremos realizar a Conferência Municipal de Comunicação e instituir o Conselho Municipal de Comunicação, com maioria da sociedade civil, para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de comunicação. Vamos promover ainda campanhas educativas e de divulgação de espaços de controle social e participação popular.



### **Guarda Civil Metropolitana como agente promotor de segurança:**

a Guarda Civil Metropolitana deve ter como enfoque de atuação nas ruas a prevenção da violência e a promoção da segurança. Vamos reduzir o viés repressivo, que vem prevalecendo atualmente na atuação da Guarda. É importante que tanto o comando quanto o corpo da

GCM tenham esse tipo de formação e possam atuar como agentes comunitários e preventivos. A formação deve abordar desde questões operacionais (abordagem, utilização de armamento, direção defensiva) a disciplinas com enfoque mais humanista (gestão e mediação de conflitos, participação em conselhos, mecanismos de controle social, legislação de direitos humanos etc).

**Plano de carreira da GCM:** é preciso que a Guarda Civil Metropolitana tenha um plano de carreira no qual, como em todas as outras profissões, o seu comando seja exercido por um membro da própria guarda e não por autoridades externas, como oficiais das Forças Armadas ou da Polícia Militar. Essa mudança significa a valorização da carreira e melhora a relação entre a carreira e seu comando.

**Conselhos municipais de segurança:** hoje a Guarda Municipal possui um único mecanismo de controle, interno e pouco efetivo. É preciso criar mecanismos reais de fiscalização, para o que se propõe a criação de Conselhos Municipais de Segurança, em cada subprefeitura, compostos por todas as secretarias e membros da GCM, com igual representação da sociedade civil e de caráter deliberativo para a gestão da segurança urbana.

**Status de secretaria à Comissão Municipal de Direitos Humanos:** é preciso recuperar e fortalecer a CMDH, para que ela passe efetivamente a cumprir sua missão, servindo concretamente como um balcão de reclamações e acolhimento daqueles que tenham sofrido violações em seus direitos humanos, dando soluções aos problemas e prevenindo tais violações. Para isso, é necessário que a Comissão se fortaleça dentro da própria estrutura de governo, adquirindo status de secretaria, responsável pela gestão das questões relativas aos direitos humanos, como acontece em âmbito estadual e federal.

**Conselho Municipal de Direitos Humanos:** queremos criar um Conselho Municipal de Direitos Humanos, vinculado à CMDH, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil, de caráter deliberativo, para a gestão das políticas relacionadas aos direitos humanos.

**Participação popular nos conselhos municipais temáticos:** Os conselhos municipais temáticos representam um importante canal de participação popular, pois permitem formular diagnósticos sobre a situação de determinado serviço público. Os diagnósticos configuram importante instrumento para a proposição de políticas públicas que correspondam aos anseios da população, garantindo assim a efetivação dos direitos. São também instrumentos

de fiscalização e controle externo dos programas e políticas ao qual estão relacionados. Devem ser deliberativos e não apenas consultivos, tendo previsão orçamentária autônoma.

**Equipe de Cidadania:** desenvolver, nas comunidades mais excluídas e vulneráveis da cidade, o programa “Equipe de Cidadania”, que pretende promover a emancipação popular e o exercício da cidadania. As equipes contarão com profissionais de diferentes áreas (educação, economia solidária, assistência social, educação física e artística, psicanálise, mediação de conflitos, controle demográfico).



**Combate à violência:** a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil. As mulheres são violentadas diariamente, seja através de agressões físicas, verbais ou psicológicas. São vítimas de estupro, abuso sexual, intolerância, humilhação e morte – manifestações comuns que acontecem principalmente dentro de casa. Em 70% dos casos, são atos cometidos por pessoas muito próximas – companheiros, pais, filhos e irmãos. O município pode, em grande medida, enfrentar a violência cotidiana a que são submetidas as mulheres, conscientizando a população sobre o problema e combatendo a impunidade e o silêncio. Realizaremos campanhas para estimular a denúncia aos agressores de mulheres. Vamos promover a ampliação e melhoria das casas abrigos, com orientação e formação profissional e infra-estrutura necessária para abrigar e assistir as mulheres e os filhos em situação de violência, tornando tais espaços efetivamente acolhedores. Além disso, promoveremos a capacitação para todas e todos os profissionais envolvidos nos serviços públicos passíveis de identificação das mulheres em situação de violência, como, professoras, atendentes, servidoras da saúde e a Guarda Civil Metropolitana.

**Saúde da mulher:** as condições da saúde pública no Brasil são altamente precárias e afetam diretamente as mulheres. É necessário adotar um programa de saúde da mulher que dê conta da sua diversidade e de todas as fases de sua vida, e que aborde temas como planejamento familiar, gravidez, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e menopausa. Também desenvolveremos políticas que garantam os direitos

sexuais e reprodutivos das mulheres, incluindo na rede municipal de saúde as condições necessárias para a realização do aborto legal, com um atendimento humanizado, acompanhamento psicológico e assistência social, e o acesso a contraceptivos gratuitos, sobretudo à pílula do dia seguinte.

**Educação e cultura não-sexistas:** a escola é um espaço que reproduz valores, inclusive machistas, influenciando diretamente a formação das crianças e dos/as jovens. Por isso, a formação não-sexista de todos/as os/as profissionais é fundamental para combater a opressão das mulheres na sociedade. É preciso também garantir o direito de todas as crianças à educação infantil de qualidade, assegurando que o poder público municipal se responsabilize também pelo cuidado e educação das crianças, e não só as mulheres. Assim como no âmbito educacional, o município também deve promover ações e atividades culturais que não sigam a lógica de reprodução do machismo.

**Habitação:** Apesar dos inúmeros avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, as desigualdades continuam presentes e a incorporação em massa das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada da divisão das tarefas domésticas e dos cuidados, que continuam sob sua responsabilidade. Os programas habitacionais do município deverão considerar preferencialmente a mulher como beneficiária nos instrumentos jurídicos que se relacionem com posse ou transferência de bem imóvel destinado à moradia familiar.

**Participação na gestão municipal:** a iniciativa de formar conselhos e coordenadorias da mulher nos municípios não é nova, mas ainda é preciso fortalecer esses espaços e garantir condições para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que afetam o dia-a-dia das mulheres. Uma gestão municipal do PSOL entende que é papel da Prefeitura atuar como instrumento de combate às desigualdades de gênero.



**Secretaria Municipal e Conselhos de Juventude:** O PSOL pretende criar uma pasta específica para a juventude na administração municipal, com verba e estrutura próprias. Tal

secretaria terá o desafio de responder às demandas e necessidades de mais de 3,6 milhões de jovens entre 15 e 29 anos – cerca de 30% dos habitantes da cidade – que vivem em São Paulo. Também será promovida a criação de Conselhos de Juventude nas sub-prefeituras, compostos por representantes do poder público e de organizações de juventude.

**Emprego:** é central para o PSOL o combate à precarização do trabalho ofertado à juventude, simbolizado hoje em estágios irregulares e infinitas empresas de telemarketing. Desenvolveremos políticas públicas que garantam uma adequada e digna integração do jovem no mercado de trabalho.

**Violência:** o Estado deve estar sempre presente no combate à violência que afeta a juventude, principalmente nas periferias da cidade. Dados comprovam que os maiores índices de homicídio, tráfico de drogas e pequenos roubos se concentram na juventude, sobretudo na negra. Vamos criar centros de referência sobre violência contra a juventude nas subprefeituras das regiões mais vulnerabilizadas.

**Cultura, esporte e integração social:** vamos promover a criação e manutenção de equipamentos públicos destinados a atividades culturais (teatros, cinemas, centros culturais, etc.), práticas esportivas (quadras, campos, pista de skate, etc.) e outros que propiciem e incentivem o convívio social, o lazer e a diversão para a juventude, principalmente na periferia da cidade.

**Políticas nas escolas:** incentivo à criação de rádios e/ou TVs universitárias e comunitárias nas escolas, vinculadas aos grêmios e geridas pelos estudantes, como forma de garantia da liberdade de expressão da juventude. Educação sexual nas escolas de ensino médio, com veiculação de programas sobre sexualidade nas TVs e rádios dessas unidades de ensino, com participação ativa da juventude na elaboração do conteúdo audiovisual.

**Congresso Municipal da Juventude:** a realização de congressos municipais é uma forma de colocar a juventude em um papel protagonista na formulação de Políticas Públicas de Juventude (PPJ). Cabe ao Congresso diagnosticar a situação desta parcela da população, detectar as principais demandas e propor políticas para solucioná-las. O Congresso será antecedido de etapas preparatórias regionais e a Prefeitura garantirá a infra-estrutura necessária. Suas resoluções são indicativas para o Congresso da Cidade (mais amplo).



## **PSOL/SP**

**R. Carlos Petit, 199 - VI. Mariana - São Paulo-SP  
contato@psolsp.org - (11) 5082-4005 e 3384-1448**

**[www.psolsp.org](http://www.psolsp.org)**

